EMBAIXADA DE ANGOLA

LISBOA-PORTUGAL

SERVIÇOS DE IMPRENSA

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

23 de Abril 2021

ANGOP
Agência Angola Press
SEXTA- FEIRA, 23 DE ABRIL 2021

PR nomeia Procuradores Gerais Adjuntos

Luanda - O Chefe de Estado angolano, João Lourenço, nomeou, nesta quinta-feira, vários Procuradores Gerais Adjuntos da República, por proposta do Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público.

A Casa Civil do Presidente da República refere, em nota, que foram nomeados Ana Carla Luís da Costa e Silva, Domingos Joaquim, Eduarda Passos de Carvalho Rodrigues Neto, Gilberto Mizalaque Balanga Vunguer e Graciano Francisco Domingos.

Foram igualmente nomeados Hernani João de Freitas Beira Grande, Kuku Elizabeth David Koxi, Lucas Ramos dos Santos, Manuel Tchalengua de Jesus Bambi, Pedro Joaquim Gola, Pedro Mendes de Carvalho e Vanda das Dores Miguel de Lima.

A nota adianta que, antes, Graciano Francisco Domingos, agora Procurador-Geral Adjunto da República, foi previamente exonerado pelo Titular do Poder Executivo do cargo de Administrador Executivo para a Área Administrativa e Recursos Humanos da Imprensa Nacional. *(ANGOP)++++*

PR defende rentabilização das infra-estruturas desportivas

Luanda - O Presidente da República, João Lourenço, manifestou preocupação, nesta quinta-feira, com o declínio do desporto angolano e defendeu uma gestão que rentabilize as infra-estruturas desportivas do país.

Ao intervir no encontro com líderes das associações desportivas do país, o Chefe de Estado angolano lembrou que o Executivo investiu na construção de estádios e pavilhões

gimnodesportivos em algumas províncias, mas a gestão está aquém do desejado. As infra-estruturas "vêm-se degradando mais rápido do que se esperava. A razão única é que não existe uma boa gestão e que não deve ser o Estado a continuar a gerir (...)".

O Presidente João Lourenço entende ser responsabilidade do Estado construir, mas depois disso tem de se encontrar outra entidade capaz de gerir e ganhar dinheiro. "Quem tiver a responsabilidade da gestão dos espaços para a prática desportiva deve mantê-los e gerar receitas", defendeu.

Líderes desportivos apresentam inquietações

Na ocasião, o presidente do Comité Olímpico Angolano (COA), Gustavo da Conceição, referiu que uma das soluções para ultrapassar o mau momento do desporto nacional é a valorização da disciplina de educação física nas escolas.

No entender de Gustavo da Conceição, a valorização deve passar pela melhoria do programa curricular e a formação de quadros. Já o presidente do Comité Paralímpico Angolano, Leonel da Rocha Pinto, apresentou como proposta ao Chefe de Estado a necessidade de construção de um Centro Polivalente, para tornar as modalidades mais competitivas. Com o Presidente da República estiveram reunidos 22 representantes de associações desportivas de distintas modalidades. *(ANGOP)++++*

Governo aposta na liberdade de imprensa

Luanda - O ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Manuel Homem, afirmou, esta quinta-feira, que o Governo está engajado na construção de um país onde a liberdade de imprensa se constitua num bem para todos.

Ao falar no Parlamento no âmbito do debate sobre o papel da comunicação social, o governante indicou que a liberdade de imprensa deve constituir um bem para que o país continue a trilhar os caminhos do desenvolvimento.

Precisou que a sessão permitiu avaliar o trabalho que tem sido desenvolvido pela comunicação social, na consolidação da paz e da democracia. No debate, os deputados apelaram para a necessidade da materialização contínua dos pressupostos da liberdade de expressão e de imprensa no país.

"Na verdade, saímos bastante reconfortados pela missão que nos dão, de continuarmos a exercer e cumprir a nossa missão com brio", expressou. Segundo o ministro, a classe da comunicação social recebeu esse voto de confiança do Parlamento para, efectivamente, continuar a realizar a sua missão com brio.

Em linhas gerais, considerou positivo o papel desempenhado pela comunicação social no país, "mas precisamos melhorar as questões menos positivas referidas ao longo do debate".(ANGOP)++++

Ministro de Estado apela parcerias estratégicas entre empresários

Luanda – O ministro de Estado para Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, exortou nesta quinta-feira, em Luanda, os empresários nacionais a estabelecerem relações de parcerias estratégicas com operadores económicos de países com conhecimento e tecnologias avançadas, como a China, visando aumentar a produção nacional, diminuir as importações e promover as exportações.

Ao falar no acto de empossamento dos órgãos sociais da Câmara de Comércio Angola – China (CAC), o governante apelou ainda os operadores económicos a atrair os investimentos chineses que façam aumentar a velocidade e qualidade do processo de diversificação económica de Angola.

Referiu que a CAC deve desempenhar um papel fundamental na promoção da relação de complementaridades estratégicas entre as empresas angolanas e chinesas, para que rapidamente se tire proveito do conhecimento e da tecnologia avançada dos asiáticos.

"O conhecimento e a tecnologia são os factores decisivos para o desenvolvimento e a prosperidade das nações. Por isso, é

preciso promover os investimentos chineses em Angola. O investimento da China será sempre bem-vindo no nosso país, para financiar projectos de desenvolvimento e trazer know how e tecnologia avançada", reforçou.

Afirmou que o Governo angolano está a fazer tudo para melhorar o ambiente de negócios no país, assim como tornar o processo de investimento em Angola mais célere e eficiente. "Não queremos que Angola seja vista pelo mundo como um país com uma trajectória de crescimento empobrecedor, isto é, um país passivo e sujeito a relações de subcontratação dependente", sublinhou.

Esse cenário, afirmou, só poderá ser evitado caso Angola desponte para o mundo com uma competitividade em determinados sectores da economia, apostando na diferenciação e na qualidade dos produtos locais.

Apontou o desenvolvimento dos sectores como agricultura, indústria, turismo, pescas, construção civil, entre outras áreas que ajudam a diversificar as fontes de rendimento, visando atingir níveis de crescimento económico sustentável e eficiente, como os principais desafios do Governo angolano. Afirmou que, apesar de ser um ano muito difícil para as economias de vários países do mundo, em 2020, Angola registou um crescimento de cinco por cento no sector da agricultura.

Referiu ainda que, em 2020, as importações, em geral, reduziram em 30 por cento, enquanto as importações de bens alimentares diminuíram em 20 por cento.

Recordou que o novo paradigma de governação do Executivo angolano, iniciado em 2017, está baseado na livre iniciativa dos cidadãos, no respeito pelo talento e mérito de cada indivíduo, bem como na confiança e capacidade empreendedora inovação dos angolanos.

O foco da governação angolana, prosseguiu, assenta em dois factores fundamentais: instauração de um verdadeiro Estado de democrático e direito, assim como a construção de uma economia de mercado que seja capaz de diversificar, efectivamente, a

economia nacional e alterar a estrutura económica de Angola dependente dos recursos petrolíferos. Reconheceu o desempenho e a visão da direcção cessante, pela criação desta plataforma empresarial, com um grande potencial para a promoção e desenvolvimento de negócios entre Angola e China.

Augurou que os novos membros de direcção tenham sucesso nos seus objectivos e encarem os desafios da CAC como uma corrida de estafeta, na qual o sucessor deve ter uma velocidade igual ou superior do antecessor, com o alcance dos objectivos preconizados.

Sob o lema "Diferentes culturas, um propósito um futuro", a nova direcção da Câmara de Comércio Angola – China (CAC), liderada por Luís Cupenala, tem a missão de impulsionar a participação do empresariado nacional e estrangeiro no processo de diversificação da economia angolana e desenvolver o tecido económico e social do país.

A tomada de posse da nova direcção, que terá um mandato de cinco anos (2021-2026), põe fim ao mandato dos membros fundadores da CAC, que foi presidida por Arnaldo Calado, desde 2016 a 2021. *(ANGOP)++++*

AN aprova Lei do envio de contingentes militares ao exterior

Luanda - A Assembleia Nacional aprovou em definitivo, por unanimidade, a Proposta de Lei sobre o Envio de Contingentes Militares e Forças Militarizadas Angolanas ao Exterior do país.

A proposta de Lei, de iniciativa do Titular do Poder Executivo, foi aprovada com 171 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção, durante a 7ª reunião Plenária Ordinária, orientada pelo presidente desse órgão de soberania, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

A Lei aplica-se às operações de ajuda humanitária, de apoio à paz e às missões decorrentes de compromissos internacionais assumidos pelo Estado angolano. Os deputados aprovaram também, em definitivo, a Proposta de Lei de Alteração sobre o Imposto de Consumo, por 165 votos a favor, nenhum contra e 12

abstenções. O diploma visa adequar o imposto à realidade económica dos produtos e de mais agentes operadores intervenientes no processo de produção do sector de bebidas e cigarros.

O objectivo é adequar a percentagem de 25 por cento e de 19 por cento como taxas aplicáveis às bebidas alcoólicas e aos refrigerantes, pelo que a proposta sugere a individualização com as taxas de 9 por cento para refrigerantes, 15 para as cervejas e vinhos e 21 para as bebidas espirituosas.

A reunião plenária aprovou também, na generalidade e por unanimidade, as Propostas de Lei do Voluntariado e sobre a Reprodução Humana Medicamente Assistida. A Proposta de Lei sobre o Voluntariado estabelece as bases para a promoção de uma cultura de solidariedade, coesão social e reforço dos valores da cidadania, mediante políticas transversais para os diferentes entes públicos e privados.

A iniciativa legislativa é do Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo.

Movimentação de deputados

Na mesma sessão, os legisladores aprovaram o projecto de resolução de suspensão temporária do deputado França Ndalu, do MPLA, que foi substituído por António Paulo. Na ocasião, assinalou-se ainda o regresso de Rui Falcão, do MPLA, às funções de deputado na Assembleia Nacional, após a sua exoneração no cargo de governador provincial de Benguela.

O plenário aprovou ainda os projectos de resolução da substituição definitiva, por morte, dos deputados Victorino Nhani e Adérito Jaime Kandambo, ambos da UNITA, e a resolução dos respectivos substitutos. *(ANGOP)++++*

AN aprova na generalidade Lei de reprodução humana

Luanda – A Lei de Reprodução Humana Medicamente Assistida foi aprovada, nesta quinta-feira, pela Assembleia Nacional (AN), na generalidade, com 178 votos a favor. O Diploma legal, com seis capítulos e várias disposições, regula a

utilização de técnicas de Reprodução Humana Medicamente Assistida, designadamente, inseminação artificial, fecundação laboratorial ou fertilização "in vitro", entre outras.

A proposta de lei surge para minimizar as carências emocionais e afectivas das famílias com infertilidade e dificuldades de procriação, problemas que afectam pelo menos um milhão e 200 mil casais em Angola, conforme dados do Governo.

Pretende-se com o diploma, reduzir em 55 por cento a evacuação de casais com esse problema para o exterior do país e poupar recursos financeiros.

Ao defender as razões da proposta de Lei, a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, afirmou que surge como resposta ao número crescente de cidadãos angolanos com problemas de infertilidade, a evolução positiva na formação de quadros e infra-estruturas, para se desenvolver a referida técnica, e o compromisso de se reduzir as evacuações ao estrangeiro e dos custos para as famílias angolanas.

Conforme Sílvia Lutucuta, o Executivo procura, desta forma, garantir o direito a procriação de cidadãos com dificuldades em o fazer de forma natural e combater actos ilegais de profissionais e unidades sanitárias não autorizadas para estes serviços.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima a existência, no Mundo, de 15% da população a sofrer com dificuldade para engravidar, cujo número chega a 80 milhões de pessoas. *(ANGOP)++++*

Empresários queixam-se da burocracia no acesso ao crédito

Lubango - A burocracia no acesso ao crédito, a degradação de vias nas zonas de produção e as dificuldades na disponibilização de áreas irrigadas figuram entre os principais constrangimentos que os produtores da província da Huíla vivem.

As preocupações foram reafirmadas durante um encontro entre os empresários da província e o secretario de Estado do

Planeamento, Milton Reis, realizado hoje, no Lubango, do qual participaram 250 produtores. Na ocasião, o presidente da Associação Agro-Pecuária, Comercial e Industrial da Huíla (AAPCIL), Paulo Gaspar, disse ser este é o momento para se apoiar os produtores inscritos no portal de divulgação nacional, pois alguns estão em cooperativas e têm dificuldades no acesso aos inputs agrícolas.

Declarou que o custo da produção nacional estão ligadas ao mau estado das estradas, burocracia no acesso ao crédito, falta de energia e água, entre outros, presentes no dia-a-dia do produtor.

Admitiu que ainda existe um cepticismo por parte da classe empresarial em aderir o Programa de Apoio a Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), por causa de projectos anteriores que "falharam".

Por sua vez o Coordenador Regional Sul do Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (FAJE), Piedade Pena, afirmou que desde o inicio do PRODESI, a materialização na vida dos empresários e das populações são irrisórias e há necessidade de mais acções práticas.

Das preocupações da organização, apontou a morosidade na tramitação da documentação, pois não facilita a participação de mais empresários nos referidos financiamentos e a banca local tem pouca autonomia de decisão, por causa da centralização dos projectos a nível nacional.

Por isso, defendeu a necessidade de se criarem representações do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) na província da Huíla e outras da região, pois a instituição tem linhas de financiamento mais atractivas do que os bancos comercias existentes a nível local.

Em resposta, o secretario de Estado para o Planeamento, Milton Reis, frisou que a questão da burocracia é conhecida, acautelando que as medidas de melhoria do plano de negócios visam ultrapassar esta situação.

Por isso, justificou a realização destes encontros para juntos encontrar uma estratégia para a remoção destes obstáculos, de modo a se criar um ambiente de negócio que facilite a vida do produtor.

Prometeu que o sector vai trabalhar de modo a melhor a tramitação da documentação, , daí a criação de equipas locais para ajudar os empresários a ultrapassar às barreiras ligadas à burocracia.

O secretário de Estado cumpre, desde terça-feira, uma visita de cinco dias à Huíla, para acompanhar a implementação dos projectos ligados ao sector. *(ANGOP)++++*

JORNAL DE ANGOLA On Line

SEXTA– FEIRA, 23 DE ABRIL 2021

Espanhóis querem investir na agricultura e na indústria

O Governo espanhol pretende investir no sector da agricultura e da indústria na província do Bié, depois da Educação, que já é uma realidade, com a implantação da Universidade Internacional do Cuanza, a abrir em breve.

Segundo o embaixador de Espanha em Angola, Miguel Ruigómez, a província do Bié está muito bem preparada para fazer a agricultura em grande escala, pois tem terras muito férteis e com muita água.

"Aqui é um bom lugar para se investir na agricultura e, depois da produção, devemos transformar, então a indústria

também virá", afirmou o diplomata que chegou esta quinta-feira ao Cuito para uma visita de dois dias. Miguel Ruigómez afirmou que a "Espanha na está bem presente" no desenvolvimento de Angola.

"O Governo espanhol já começou a investir na província do Bié, com a construção do Hospital Walter Strangway e, agora, com a Fundação Internacional Ibero-americana", disse, para sublinhar que a Educação é muito importante.

O diplomata disse ainda que a presença de empresários espanhóis para investir na agricultura no Bié é um processo que pode estar a começar e realizar-se em dois ou três anos. "A presença do Governo de Espanha é muito forte, e isso espelha com a visita do Primeiro-Ministro de Espanha que esteve, há dez dias em Luanda. Vamos trabalhar e incentivar os nossos empresários a virem investir aqui", disse o diplomata, no final da visita de ao governador Pereira Alfredo, nesta quinta-feira.

Para esta sexta-feira, o embaixador do Reino de Espanha vai depositar uma coroa de flores, no cemitério Monumento do Cuito, além de realizar um visita guiada às instalações da Universidade Internacional do Cuanza, instituição da fundação Ibero-americana e ao Hospital Walter Strangway. (JA)++++

OGE: Despesas do terceiro trimestre fixadas em 8,7 bilhões de Kwanzas

A ministra das Finanças, Vera Daves, afirmou sexta-feira, (23) que as despesas totais, até ao fim do terceiro trimestre, fixaram-se em 8,7 bilhões de Kwanzas, representando uma execução de 65 por cento face ao Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto.

Ao pronunciar-se na Assembleia Nacional, perante os deputados, Vera Daves esclareceu que "se repartimos essas despesas totais em termos de despesas correntes, tivemos uma execução de 71 por cento, uma participação de 46 por cento do valor total realizado".

A ministra das Finanças destacou que o sector social teve uma execução de 66 por cento do valor total autorizado e uma participação de 35 por cento da despesa total, em termos de relativos foi o sector com mais peso.

De acordo com a governante, segue-se o sector de Defesa e Segurança representado 32 por cento da despesa total, tendo sido executado 76 por cento do valor total autorizado. "O Sector Económico executou 67 por cento do valor total autorizado com peso de 18 por cento do valor do valor", acrescentou a ministra.

A titular da pasta das Finanças avançou ainda que o sector dos serviços públicos gerais executou 70 por cento, com um peso de 15 por cento da despesa total. Em relação à despesa de capital, disse, houve uma execução de 61 por cento e uma participação de 54 por cento do valor total realizado.

A governante referiu que ainda que em termos de despesas correntes, as principais rubricas são as remunerações da função publica, contribuições de empregadores, bens e serviços, juros de divida, subsídios e outras transferências. (JA)++++

Angola recebe 1,8 milhões de euros para reforço da protecção social

Angola vai receber 1,8 milhões de euros para implementar, até Dezembro de 2022, projectos que fortaleçam a gestão das finanças públicas para sustentar o sistema de protecção social, no âmbito de um programa financiado pela União Europeia.

O programa, que será implementado pela Organização Internacional do Trabalho e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), vai ser lançado na sexta-feira pela ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, segundo um comunicado conjunto das organizações.

O objectivo é apoiar Angola no reforço do sistema de protecção social através de acções estratégicas que promovam a implementação da Política Nacional de Acção Social, facilitem a capacitação e coordenação entre actores da protecção social e

fortaleçam a gestão das finanças públicas para investimentos duradouros e sustentáveis. O programa da União Europeia, com um montante total de 22,9 milhões de euros abrange oito países, em África, Ásia e América.

Em Angola, a iniciativa envolve os ministérios das Finanças, da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social. A União Europeia e a Unicef apoiam o Governo de Angola desde 2014 através dum programa piloto de protecção social que permitiu lançar o Valor Criança, a primeira iniciativa de transferências sociais monetárias do país. *(JA)++++*

UA exorta membros a preencherem vagas

A Comissão da União Africana (CUA) endereçou, segunda-feira, uma Nota Verbal aos representantes permanentes junto da União Africana, com informações de vagas e prazos para candidaturas, através do site de carreiras da organização continental.

A CUA lembra aos Estados membros sobre a Decisão saída da 20ª Sessão Extraordinária do Conselho Executivo da UA, realizada em Addis-Abeba, Etiópia, de 14 a 15 de Novembro de 2018, que solicita à Comissão para anunciar e divulgar, de forma adequada, as vagas destinadas aos cidadãos dos Estados membros.

Na perspectiva de inserção de um maior número de quadros angolanos na UA, decorreu no início desta semana uma reunião virtual, envolvendo a Representação Permanente de Angola junto da organização continental e a Academia Diplomática Venâncio de Moura, instituição que, segundo o embaixador Francisco José da Cruz, pode desempenhar um papel importante na consecução daquele objectivo estratégico do Executivo.

O encontro, no qual participou o director da referida academia, embaixador José Guerreiro Alves Primo, enquadrou-se na discussão de uma estratégia de identificação e preparação de candidatos, com vista a obtenção de êxitos nos diferentes

concursos de admissão a cargos na CUA, um processo muito competitivo entre os Estados membros da UA que privilegia o mérito e a competência. (JA)++++

BNA celebra acordos com universidades no domínio da investigação científica

O Banco Nacional de Angola (BNA) celebrou, entre os dias 15 e 21 do corrente mês quatro protocolos de cooperação no domínio da investigação cientifica com distintas organizações angolanas, com destaque para três instituições do Ensino Superior.

Os acordos foram assinados com representantes das Universidade Agostinho Neto (UAN), do Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC), do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN) e da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX).

"Pretende-se incrementar acções de investigação científica em matérias de economia e finanças, a promoção do diálogo e a partilha de conhecimentos no domínio das ciências económicas", lê-se num comunicado no site daquela instituição bancária.

Já o acordo rubricado com a AIPEX visa a definição de bases para o aprimoramento dos mecanismos de cooperação em matéria de regulação, supervisão, estatística e assistência técnica, bem como a criação de condições que contribuam para a eliminação e diminuição de duplicações de exigências regulatórias

A assinatura dos acordos, contou com as presenças do presidente do Conselho de Administração da AIPEX, António Henrique da Silva, Reitor da Universidade Agostinho Neto, Pedro Magalhães, director Geral do ISPETEC, Marcílio dos Santos e do Vice-Reitor da Universidade Católica de Angola, Jerónimo Cahínga, bem como de membros do Conselho de Administração e do Corpo Directivo do BNA. (JA)++++

Governo pede denúncia à extorsão de operadores

O inspector-geral da Administração do Estado, Sebastião Gunza, garante levar à Justiça funcionários e agentes públicos, incluindo aqueles que fiscalizam a actividade económica, que incomodarem, amordaçarem, interpelarem injustificadamente e criarem situações para tirarem vantagens indevidas aos operadores económicos.

Ao intervir, nesta terça-feira (20), num encontro com o ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, o inspector-geral da Administração do Estado disse que, as práticas menos correctas de funcionários e agentes públicos, chegaram ao conhecimento do Presidente João Lourenço, que, preocupado com a situação, os mandatou, no sentido tomarem as medidas necessárias para garantir a devida protecção aos empresários.

Sebastião Gunza sublinhou que a decisão faz parte das medidas em curso para estabelecer em Angola um ambiente salutar de negócios.

"Doravante, sempre que se encontrarem perante um funcionário ou agente público que pretenda vos extorquir ou, de alguma forma, dificultar a vossa actividade para ganhar vantagens indevidas, devem denunciar o facto à Inspecção-Geral da Administração do Estado (IGAE), discando gratuitamente para o número 119", disse o inspector-geral da Administração do Estado que colocou-se, ainda, disponível para receber outro meio de denúncias dirigida ao seu gabinete.

Ao mesmo tempo que pediu união de todos contra os actos abusivos e ilegais que emperram a actividade empresarial e o desenvolvimento económico e social do país, Sebastião Gunza apelou aos empresários a denunciarem sem receios, pois a IGAE, na sua actuação, garante o sigilo e a protecção necessária ao denunciante.

No encontro de trabalho, que contou com a presença do inspector-geral da Autoridade Nacional de Inspecção Económica e Segurança Alimentar (ANIESA) e de empresários, Sebastião Gunza lembrou que a actividade empresarial, em Angola, é

regulada por lei. O inspector-geral reconheceu que, na cadeia de criação de empresa, licenciamento da actividade, produção, compra ou importação de produtos até à comercialização, intervêm instituições sérias, mas que, constituídas por homens, alguns desprovidos de bom senso e com inclinação para a prática de actos menos abonatórios que prejudicam a actividade dos operadores económicos. (JA)++++